

O GÊNERO TEXTUAL/DISCURSIVO RELATÓRIO E SUA ESTRUTURA SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA: OPERADORES ARGUMENTATIVOS E MODALIZADORES DISCURSIVOS

Erivaldo Pereira do Nascimento - PROLÍNG UFPB/CNPq
erypn@hotmail.com

Silvana Lino Batista - PIBIC UFPB/CNPq
silvana_mme@yahoo.com.br

Geziel de Brito Lima - PIBIC UFPB/CNPq
g_lima19@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho apresenta resultados de uma investigação realizada sobre a estrutura semântico-argumentativa do gênero textual/discursivo *Relatório*. Para fundamentar a investigação, utilizamos como suporte teórico-metodológico as Teorias da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot (1988) e colaboradores, e da Modalização, a partir de Castilho e Castilho (1993), Neves (2000) e Nascimento (2005). Essas teorias explicam como um locutor, ou responsável pelo discurso, utiliza a linguagem para expressar posicionamentos e agir com relação a seu interlocutor, a fim de expressar determinadas intenções ou obter determinados objetivos. O *corpus* da pesquisa foi extraído da *Internet* e trata-se de relatórios produzidos por conselhos, associações, empresas públicas e privadas. Inicialmente, foram identificados os elementos linguístico-discursivos que demarcam argumentatividade no texto e, em seguida, foi descrito seu funcionamento semântico-discursivo, a fim de identificar que efeitos de sentido foram gerados a partir da utilização desses elementos. A investigação revelou que os principais recursos que assinalam argumentatividade no gênero relatório são os operadores argumentativos e os modalizadores discursivos, pelo menos no *corpus* investigado, e que esses são utilizados a fim de gerar diferentes efeitos de sentido e veicular diferentes posicionamentos nos enunciados em que aparecem.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação. Modalização. Gênero relatório.

ABSTRACT: This work presents some results of an investigation about the argumentative-semantic structure of the discourse genre called report. The theoretical reference used to ground this research is composed by the *Argumentation Theory in the Language* by Ducrot and collaborators (1988) and by the *Modalization Theory* which is based in Castilho and Castilho (1993), Nascimento (2009) and Koch (2000), among others. These theories explain how a locutor, the one who is responsible for the discourse, can use language in order to express point of views and also to persuade his/her interlocutors, expressing his/her intentions and objectives. The *corpus* of this investigation was collected on the Internet and it is composed by reports from **COUNCILS**, associations, public and private companies. First, it has been identified the discursive-linguist elements that shows argumentation inside the text, and then it has been described their functioning in order to identify the meaning effects produced by their use. The research showed that the argumentative operators and the discursive modalizers are the most common argumentative resources presented in the report genre, at least in the studied *corpus*. It also showed these resources are used to make different meaning effects and to convey different point of views in the sentence where they were used.

KEYWORDS: Argumentation. Modalization. Report Textual Genre.

INTRODUÇÃO

O uso que realizamos da língua nas nossas interações diárias, em todos os tipos de contexto, é sempre permeado por intenções ou objetivos. A intencionalidade está tão presente nas interações verbais que se materializa na própria estrutura da língua, como afirma Ducrot (1988).

É com base no pressuposto de que a língua é por natureza argumentativa, como o uso que dela fazemos (ESPÍNDOLA, 2004), que é possível afirmar que os diferentes gêneros textuais/discursivos, independente do universo social em que estejam inseridos, são permeados pela argumentatividade e/ou pela intencionalidade.

Desconsiderando esse pressuposto, muitos manuais de redação técnica apontam que os gêneros de textos produzidos nas esferas empresarial e oficial devem ser objetivos, desconsiderando as características semântico-argumentativas com que são tecidos os diferentes gêneros que circulam nessas esferas. Isso ocorre, por conseguinte, com o gênero textual/discursivo *Relatório*.

Por conta disso, este trabalho objetiva descrever a estrutura semântico-argumentativa do gênero relatório, com o intuito de desmistificar essa pretensa objetividade apregoada pelos manuais de redação. Trata-se de uma investigação ligada ao projeto intitulado “Estudos Semântico-Argumentativos de Gêneros do Discurso: redação escolar e gêneros formulaicos (ESAGD)”, financiado com recursos do CNPq e executado na Universidade Federal da Paraíba.

Os relatórios que compõem o *corpus* investigado tratam de assuntos diversos e foram coletados na rede mundial de computadores. Dos textos coletados, foram selecionados 10 textos produzidos por conselhos, associações, empresas públicas e privadas, para comporem o objeto de estudo da investigação. Em nossa investigação, detectamos que a argumentação está mais presente no gênero através dos operadores argumentativos e dos modalizadores discursivos. Verificamos o funcionamento desses recursos argumentativos nos relatórios analisados e percebemos que tais recursos foram utilizados com diferentes intenções e provocam diversos efeitos de sentido nos enunciados em que aparecem.

Este trabalho teve como base as teorias da Argumentação na Língua, de Ducrot (1988) e colaboradores, e a Teoria da Modalização, sobretudo a partir de Castilho e Castilho (1993), Neves (2002), Koch (2000) e Nascimento (2009). Essas teorias são trabalhadas em conjunto porque as consideramos como complementares e também porque os modalizadores são por

aqui tratados como elementos semântico-discursivos que imprimem argumentatividade no discurso.

O estudo da argumentação no gênero relatório tornou-se produtivo porque nos permitiu detectar de que maneira um locutor pode conduzir seu interlocutor, num texto aparentemente objetivo, para determinados fins.

1. TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

Oswald Ducrot (1988) e seus colaboradores foram quem introduziram o conceito de argumentação inerente à língua humana, criando a Teoria da Argumentação na Língua.

A Teoria da Argumentação na Língua não aceita a língua como um conjunto de estruturas e regras independentes de todo contexto e enunciação. Para Ducrot, a língua é um conjunto de frases que serve para construir discursos. O uso da linguagem é essencialmente argumentativo e a argumentatividade está intrínseca à língua. Ducrot (1988) afirma que a língua possui, em sua gramática, mecanismos que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados, são esses mecanismos que se costuma denominar marcas linguísticas da enunciação ou argumentação.

Para essa teoria, frase e enunciado são conceitos distintos. A frase é uma entidade teórica, é uma construção do linguista que serve para explicar a infinidade de enunciados; o enunciado é uma das ocorrências da frase (DUCROT, 1988, p.56). Por essa razão, sentido e significação também são distintos. Sentido é o valor semântico do enunciado e significação, o valor da frase.

Ducrot (1988, p.54) ainda estabelece uma regra para determinar o que é um enunciado: se o segmento S_1 tem sentido somente a partir de um segmento S_2 , então a sequência $S_1 + S_2$ constitui o mesmo enunciado.

O discurso, para a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), está composto por uma sucessão de enunciados, enquanto a língua é o resultado da soma de todas as suas possíveis frases.

Em sua TAL, Ducrot e colaboradores começaram a identificar e distinguir os valores argumentativos na língua e perceberam que os conectores e operadores argumentativos são elementos linguísticos que determinam e inserem a argumentação na estrutura semântica da frase.

Espíndola (1998, p.79), a partir dos estudos de Ducrot, classifica os operadores argumentativos em três grupos, a saber:

Conector Argumentativo - Os conectores argumentativos são elementos linguísticos que articulam duas porções textuais. Um exemplo de conector argumentativo é o operador *mas*, de que trataremos posteriormente.

Operador argumentativo no sentido estrito - Os operadores de sentido estrito são partículas linguísticas que aplicadas a um enunciado indicam, além dos topos, a força com que estes topos serão atualizados, ou seja, indicam o princípio argumentativo e sua força no enunciado. Um exemplo de operador no sentido estrito é a palavra *até*.

Modificador - Os modificadores são elementos linguísticos que possuem a função de modificar os predicados. São, portanto, nomes e verbos de uma língua que indicam o princípio argumentativo e a força como esse princípio é aplicado a uma determinada situação, pessoa ou fato.

Ducrot ainda propõe duas noções básicas para demonstrar como podem funcionar, argumentativamente, os operadores argumentativos: as noções de escala argumentativa e classe argumentativa. A classe argumentativa é constituída de “um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para uma mesma conclusão”; e a escala é “quando dois ou mais enunciados se apresentam em gradação de força crescente (do mais forte para o mais fraco) no sentido de uma mesma conclusão” (KOCH, 2000, p.29).

Koch (2000, p.30), a partir dos estudos que fez de Ducrot, apresenta uma classificação para os operadores em língua portuguesa, transcrita a seguir, e que serviu de base para a análise que realizamos neste trabalho.

a) Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão, ou seja, que assinalam a existência de uma classe argumentativa: e, também, ainda, nem (= e não), não só... mas também etc.

b) Operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão: até, mesmo, até mesmo etc.

c) Operadores que introduzem uma conclusão relativamente a argumentos apresentados em enunciados anteriores: portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, conseqüentemente etc.

d) Os operadores que contrapõe argumentos orientados para conclusões contrárias: mas (porém, contudo, todavia, no entanto, etc), embora (ainda que, posto que, apesar de que etc).

O conectivo **mas**, para Vogt e Ducrot (1980), é um marcador de oposição que apresenta duas possíveis funções diferentes. A primeira função é de retificador e a segunda, de operador argumentativo. Os autores denominaram o **mas** com função retificadora de

MasSN- quando esse “conector vem sempre depois de uma proposição negativa $P = \text{não-P}$ e introduz uma determinação q que substitui a determinação p negada ou p é atribuída ao interlocutor real ou virtual” (NASCIMENTO e ESPÍNDOLA, 2003, p. 81). O enunciado “Paula não é professora, mas aluna” exemplifica o *MasSN*, uma vez que o segundo segmento tem a função, na perspectiva de Vogt e Ducrot, de retificar o que é negado no primeiro segmento (Paula não é professora).

Para Vogt e Ducrot, o conectivo *MasPA*, de função argumentativa, não exige necessariamente que a proposição anterior p seja negativa. Trata-se, portanto, de um indicador de polifonia, que introduz diferentes pontos de vista no enunciado, permitindo que o responsável por esse enunciado assumira diferentes posições com relação a esses pontos de vista. No enunciado “Carlos estudou, mas fez péssima prova”, temos um caso de *MasPA*, uma vez que o primeiro segmento (Carlos estudou) serveria para uma conclusão $\neg r$ (Paulo será aprovado), que será negada por uma segunda conclusão (conclusão não $\neg r$: Paulo não será aprovado) ativada a partir do segundo segmento (fez uma péssima prova). Observe-se, que, de acordo com essa descrição, o segmento 1 e o segmento 2 não são contrários, mas são postos no enunciado como opostos, através do operador *mas*. No entanto, as conclusões possíveis, ativadas pelos dois segmentos, são contrárias.

e) Operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas: ou, então, quer, seja etc.

f) Operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relativamente ao enunciado anterior: porque, que, já que, pois etc.

g) Operadores que têm por função introduzir no enunciado conteúdos pressupostos: já, ainda, agora etc. Esse tipo de operador ativa uma informação implícita que é recuperada por esse elemento linguístico, como se percebe no enunciado “Pedro *agora* trabalha na Europa”. Nesse enunciado, o operador *agora* ativa o pressuposto segundo o qual antes Pedro não trabalhava na Europa. A prova de que esse operador é ativador de pressuposição é que a sua retirada do enunciado anularia esse pressuposto.

h) Operadores que se distribuem em escalas opostas, isto é, um deles funciona numa escala orientada para afirmação total, o outro, numa escala orientada para negação total. Esse é o caso dos operadores *pouco* e *um pouco*.

Além dos operadores acima assinalados, identificamos mais dois tipos de operadores no *corpus* analisado. Para estes operadores, utilizamos a seguinte classificação:

i) Operadores que indicam finalidade – são os operadores que introduzem um argumento como finalidade para uma determinada conclusão. São exemplos desses operadores: a fim de, com o objetivo de, para que etc.

j) Operadores que introduzem argumentos exclusivos – são operadores que têm a função de introduzir um argumento único, excluindo outros argumentos ou contra-argumentos: só, somente, apenas etc.

2. TEORIA DA MODALIZAÇÃO

Como já foi assinalado, a Teoria da Modalização (TM) é aqui retomada como uma Teoria análoga à Teoria da Argumentação na Língua (TAL), já que o fenômeno da modalização aqui é tratado a partir de uma concepção argumentativa da língua. Assim a TM é utilizada para explicar determinados fenômenos que a TAL não consegue explicar com propriedade.

Ingedore Koch (2000, p.72) afirma que, na estruturação do discurso, a relação entre os enunciadores é comumente projetada através de certas relações de modalidade e ainda acrescenta que o locutor manifesta suas intenções e atitudes diante do enunciado, através de diferentes atos ilocucionários de modalização¹.

Castilho e Castilho definem modalização como o termo que expressa um julgamento do falante perante uma proposição (1993, p.217). Esses autores classificam as modalizações em *epistêmica, deôntica e afetiva*.

2.1 Modalização Epistêmica: é aquela que expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição. Ela subdivide-se em três classes:

a) Os asseverativos: São os modalizadores que indicam que o falante considera verdadeiro o conteúdo da proposição. São asseverativos: a) afirmativos: realmente, evidentemente, naturalmente, efetivamente, claro, certo, lógico, entre outros; b) negativos: de jeito nenhum, de forma alguma.

Os asseverativos apresentam o conteúdo do enunciado como um conhecimento, isto é, através dela o locutor revela um alto grau de certeza em relação ao conteúdo do enunciado e se compromete com o dito.

¹ Neste trabalho, tomamos os termos modalização e modalidade um pelo outro, por considerarmos que ambos se referem a um mesmo fenômeno, do ponto de vista semântico-argumentativo.

- b) Os quase-asseverativos: são os modalizadores que indicam que o falante considera o conteúdo da proposição quase certo, logo como algo provável ou possível. São quase-asseverativos: talvez, assim, possivelmente, provavelmente, eventualmente.

Com esses modalizadores o conteúdo é apresentado como uma possibilidade ou probabilidade, isentando o locutor de responsabilidade pelo dito. Por essa razão, convém assinalar que os modalizadores epistêmicos quase-asseverativos criam um efeito de atenuação do valor de verdade do conteúdo do enunciado, pois há um baixo grau de adesão do falante em relação a seu conteúdo.

- c) Os delimitadores: São os modalizadores que estabelecem os limites dentro dos quais se deve aceitar o conteúdo do enunciado como verdadeiro. Alguns delimitadores são: quase, um tipo de, uma espécie de, biologicamente, tecnicamente etc.

2.2 Modalização Deôntica: Castilho e Castilho (1993, p.222) afirmam que esses são os modalizadores que “indicam que o falante considera o conteúdo como um estado de coisas que precisa ocorrer obrigatoriamente” e apontam como deônticos: obrigatoriamente, necessariamente etc.

Neves (2000, p.62), por sua vez, comprova que, na língua portuguesa, há verbos que se constroem com outros para modalizar os enunciados, indicando não só obrigatoriedade, mas também possibilidade e, por essa razão, classifica a modalização deôntica em dois tipos, a saber:

a) Necessidade Deôntica (obrigatoriedade): Ao utilizar esse modalizador, o locutor estabelece uma obrigatoriedade em relação ao conteúdo do enunciado. Isso é possível em enunciados do tipo: “Informamos que as aulas do curso **deverão** acontecer às sextas-feiras”, em que o verbo *dever* é utilizado para expressar obrigatoriedade. Com esse modalizador deôntico de obrigatoriedade, o locutor responsável pelo enunciado imprime que o seu conteúdo (as aulas do curso acontecerem às sextas-feiras) é algo obrigatório, estabelecendo, ao mesmo tempo, uma obrigação para seu provável interlocutor.

b) Possibilidade Deôntica (permissão): Ao utilizar esse modalizador, o locutor não estabelece uma obrigatoriedade em relação ao conteúdo do enunciado, mas dá uma permissão para que ele aconteça, ou ainda, apresenta-o como algo facultativo. O exemplo abaixo, retirado de Neves (2000), demonstra esse tipo de modalizador: “Você *pode* fumar no ônibus”.

2.3 Modalização Afetiva (Avaliativa): de acordo com Castilho e Castilho (1993, p.223), a modalização afetiva é a que “verbaliza as reações emotivas do falante em

face do conteúdo proposicional, deixando de lado quaisquer considerações de caráter epistêmico ou deôntico” (CASTILHO e CASTILHO, 1993, p.223).

No entanto, preferimos usar o termo *avaliativa*, por entender que mais do que revelar um sentimento ou emoção do locutor em função da proposição ou enunciado, esse tipo de modalização indica uma avaliação da proposição por parte do falante, “emitindo um juízo de valor e indicando, ao mesmo tempo, como o falante quer que essa proposição seja lida” (NASCIMENTO, 2005, p.64).

O uso desse modalizador discursivo pode ser percebido no enunciado “*Felizmente* Carlos estudou para a prova.” Nesse enunciado, o locutor imprime um julgamento pessoal a respeito do conteúdo do enunciado (Carlos estudou para a prova) através do modalizador *Felizmente*. Esse julgamento não é de natureza epistêmica nem deôntica e vai além da simples expressão da afetividade do locutor com relação ao conteúdo do enunciado: o modalizador direciona o enunciado no sentido de determinadas conclusões e imprime um juízo de valor (eu considero uma felicidade que Carlos tenha estudado, logo ele realizou algo positivo).

3. O GÊNERO TEXTUAL/DISCURSIVO RELATÓRIO

O gênero *Relatório* é tratado em vários manuais de correspondência e redação comercial e científica como aquele adequado à exposição de fatos ou fenômenos de uma instituição pública ou privada que precisa ser relatada a uma autoridade, um grupo de sócios, uma instituição etc. Esses manuais apresentam definições acerca do gênero e dão instruções de como os redatores devem proceder ao produzi-lo.

Beltrão e Beltrão (2005, p.329) afirmam que relatório é um texto através do qual fazemos a exposição de ocorrências ou da execução de serviços. Os autores ainda enfatizam que o relatório deve ser baseado em um fato real. E é preciso ser cuidadoso ao descrevê-lo e interpretá-lo.

Para que sejam classificados, os autores consideram três classes para os relatórios: o número de signatários, ou seja, se é endereçado para uma ou mais pessoas; a periodicidade, ou seja, normal, que surge regularmente ou eventual, que tem um surgimento irregular. Por último, o fim, tantos tipos quantos forem os objetivos: pesquisa, jurídico, econômico, científico etc.

Medeiros (2006, p.143) afirma que o relatório é “a comunicação em que se expõe a ocorrência de fatos a alguém que deseja ser informado”. O autor chama a atenção para a

necessidade de se conhecer bem o interlocutor, uma vez que a linguagem deve se adequar a esse:

Como o receptor do relatório deve ser levado em consideração, torna-se necessário conhecê-lo bem, pois a linguagem deve variar em conformidade com o receptor. Se o vocabulário e a sintaxe utilizada forem excessivamente complexos para o destinatário, a comunicação não se estabelecerá. (MEDEIROS, 2006, p.143)

O autor acrescenta que o conhecimento dos fatos não é suficiente para se escrever um bom relatório e chama a atenção para o fato de que todo relatório tem um objetivo predeterminado e específico.

Aquele a quem se dirige o relatório é o fator mais importante a ser considerado. O receptor, ou o destinatário, pode ser uma pessoa ou um grupo. Torna-se necessário, portanto, conhecer bem quem irá utilizar o relatório e não perder de vista como será utilizado: servirá para atualizar um arquivo? Poderá ajudar a resolver um problema? (MEDEIROS, 2006, p.144)

No que diz respeito à linguagem dos relatórios, as instruções dos manuais é que se utilize a terceira pessoa do singular, com frases curtas e vocabulário simples, observando-se sempre a quem esse se destina. Os manuais dão uma série de regras e normas, chegando a determinar uma quantidade média de palavras para cada frase: entre 10 e 15 palavras por enunciado.

No entanto, basta uma rápida olhada em alguns relatórios administrativos e acadêmicos para perceber que a própria distribuição e seleção de informações já se constituem em uma marca de subjetividade.

Os manuais apresentam diferentes tipologias para os relatórios, tomando sempre como critério a finalidade ou o objetivo de cada tipo de relatório. Beltrão e Beltrão (2005) chegam a enumerar 14 diferentes tipos. Como não é o nosso objetivo discutir tipologia, neste trabalho, vamos nos limitar, agora, a apresentar a análise dos elementos argumentativos presentes nos relatórios analisados. No entanto, assinalamos que em nenhum dos manuais consultados se fala na presença de argumentatividade nesse gênero textual/discursivo. Pelo contrário, os manuais são construídos no sentido de orientar para uma pretensa objetividade, com normas de padronização textual, vocabular e gramatical.

4. OS OPERADORES E MODALIZADORES NO GÊNERO RELATÓRIO

Analisamos, a seguir, a presença dos operadores argumentativos e dos modalizadores discursivos no gênero textual/discursivo *Relatório*. Trata-se de uma investigação de natureza

qualitativa, em que descrevemos o funcionamento semântico-argumentativo dos modalizadores presentes nos textos objetos de investigação. Por essa razão, apesar de quantificarmos a ocorrência dos operadores e modalizadores no *corpus*, o nosso foco será na observação dos efeitos de sentido gerados pelo uso desses elementos nos textos analisados.

Ressaltamos que o *corpus* que compõe a pesquisa foi coletado na *Internet*, em *sites* oficiais de conselhos e empresas públicas e privadas. Seleccionamos 10 relatórios para serem analisados, considerando a presença de elementos argumentativos, sua pertinência e o conteúdo veiculado.

Ao analisarmos os textos, foram detectados operadores argumentativos e modalizadores discursivos como estratégias argumentativas frequentes. Após detectar esses fenômenos, foi feito o levantamento de todos os modalizadores e operadores presentes em todo o *corpus*. Em seguida, analisamos o funcionamento e classificamos cada um deles, para, por fim, descrever seus efeitos de sentido no texto. Todo esse trabalho teve como base as propostas de análise dos autores estudados, sobretudo Castilho e Castilho (1993), Nascimento (2005) e Koch (2000).

Neste artigo, não transcreveremos a descrição de todos os textos analisados, mas apenas um trecho de cada tipo de operador e modalizador encontrado, como exemplificação do que encontramos em todo o *corpus*. Vale ressaltar que foram analisados os relatórios por completo.

No interior de cada trecho, assinalamos com sublinhado a presença dos operadores e modalizadores e, em seguida, descrevemos seu funcionamento, classificando-o e identificando os efeitos de sentido gerados no enunciado.

Tomamos o cuidado de não identificar o nome das pessoas que assinam os relatórios, por uma questão de natureza ética. Iniciaremos com a análise dos operadores argumentativos e, em seguida, a análise dos modalizadores discursivos.

4.1 Operadores que somam argumentos para uma mesma conclusão, ou seja, assinalam a existência de uma classe argumentativa

Trecho 1

E argumentou que a greve no sistema portuário deve ser regulamentada da mesma forma que a greve nas atividades essenciais por se tratar de manuseio de carga para diversos setores da economia, além da quantidade crescente de mercadorias que são movimentados nos portos. Ressaltou, ainda, que este é um setor estratégico da economia nacional, devido ao incremento das exportações. RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP

No trecho acima há uma sequência de operadores argumentativos que introduzem uma classe argumentativa. Ao utilizar as palavras *e*, *além* e *ainda*, o locutor introduz argumentos que fazem parte de uma mesma classe argumentativa, isto é, somam argumentos a favor de

uma mesma conclusão. Observa-se que todos os argumentos têm o mesmo peso para levar o interlocutor a ter a mesma conclusão (regularizar a categoria dos portuários). Vejamos:

Arg.1 – E argumentou que a greve no sistema portuário deve ser regulamentada;

Arg.2 – Além da quantidade crescente de mercadorias que são movimentados;

Arg.3 – Ressaltou, ainda, que este é um setor estratégico da economia nacional, devido ao incremento das exportações.

4.2 Operadores que estabelecem relações de finalidade

Trecho 2

Definiu-se que havia necessidade de se realizar um trabalho de elaboração mais minucioso, a fim de que se pudesse entregar uma proposta final de texto base para aprovação no Plenário do Conselho. RELATÓRIO DA 4ª REUNIÃO DA COORDENAÇÃO-EXECUTIVA DA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

No trecho acima, o operador “a fim de que” é utilizado para estabelecer uma relação de finalidade entre o primeiro segmento e o segundo, do mesmo enunciado. O conteúdo do primeiro segmento “Definiu-se que havia necessidade de se realizar um trabalho de elaboração mais minucioso” é apresentado como uma finalidade para o segmento “se pudesse entregar uma proposta final de texto base para aprovação no Plenário do Conselho”. Logo, trata-se de um operador que estabelece finalidade entre segmentos de um mesmo enunciado.

4.3 Operadores que introduzem justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior

Trecho 3

[...] Sr. Milton Tito, afirmou que a nova redação não atende às demandas do setor empresarial, pois ainda está muito distante da proposta apresentada pelos empregadores que entende que a abrangência da atividade portuária deve ser aquela do trabalho avulso. RELATÓRIO DA 3ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DOS PORTUÁRIOS

No enunciado acima o falante faz uso do operador *pois* que se constitui em um operador que introduz justificativa ou explicação: “ainda está muito distante da proposta apresentada pelos empregadores”. Trata-se de um segmento que justifica o segmento anterior – “a nova redação não atende às demandas do setor empresarial” - imprimindo a justificativa no enunciado. Essas marcas linguísticas são uma estratégia que aparece com frequência em outros trechos dos relatórios analisados.

4.4 Operadores que introduzem conteúdos pressupostos

Trecho 4

[...] pois ainda está muito distante da proposta apresentada pelos empregadores que entende que a abrangência da atividade portuária deve ser aquela do trabalho avulso. RELATÓRIO DA 3ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DOS PORTUÁRIOS

No trecho acima o operador “ainda” introduz pressuposição no enunciado. É possível identificar no enunciado um conteúdo posto “pois está muito distante da proposta apresentada

pelos empregadores” e ativar um conteúdo pressuposto “é necessário estar próximo da proposta apresentada pelos empregadores”. Esse pressuposto é introduzido no enunciado pelo uso do operador *ainda*. Convém ressaltar que a pressuposição é uma estratégia argumentativa, segundo Ducrot (1988), através da qual o locutor apresenta no enunciado um ponto de vista como uma informação compartilhada com o seu interlocutor, sem poder ser responsabilizado por tal ponto de vista.

4.5 Operador que introduz argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas

Trecho 5

[...] perguntou aos coordenadores de bancadas se havia necessidade de um tempo para discutir mais a questão ou se as suas posições eram definitivas. RELATÓRIO DA 3ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DOS PORTUÁRIOS

No trecho acima, o locutor introduz no enunciado um operador “ou” que apresenta argumentos alternativos que conduzem o enunciado a conclusões diferentes ou opostas. Ou seja, haveria uma discussão ou estaria tudo resolvido. Esse operador tem a função de conectar partes que levam a conclusões opostas ou diferentes, que no caso acima são excludentes.

4.6 Operadores que contrapõe argumentos que levam a conclusões contrárias

Trecho 6

Na Austrália, por exemplo, seis variedades de eucalipto já foram protegidas por meio de um sistema que obedece aos mesmos princípios adotados no Brasil, mas com procedimentos diferentes.

...um sistema que obedece aos
mesmos princípios adotados no Brasil.

MAS

Com procedimentos
diferentes.



Conclusão - r



Conclusão não - r

É igual ao brasileiro

Não é igual ao brasileiro

No exemplo acima, o operador *mas* tem a função de introduzir argumentos orientados para conclusões contrárias: o primeiro argumento (um sistema que obedece aos mesmos princípios adotados no Brasil) leva a conclusão de que o sistema é igual ao brasileiro, e um segundo argumento (com procedimentos diferentes) leva a conclusão de que o sistema é diferente. Seguindo as instruções apresentadas por Ducrot, é possível perceber que o locutor apresenta um argumento primeiro para uma conclusão $-r$, que será negada, quando o locutor apresenta o segundo argumento. O posicionamento do locutor é de aprovação do primeiro

segmento, assimilação do segundo segmento e da conclusão *não –r* e, por conseguinte, de rechaço da conclusão *–r*.

4.7 Operadores que distribuem argumentos em escalas opostas

Trecho 7

Questionado pelo ANDES-SN quanto à possibilidade de vir a ser adotada a forma de Medida Provisória, o MP referiu ser pouco provável. RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP

Nesse trecho do enunciado, o falante faz uso da estratégia que distribui escalas opostas, apontando para a negação total, isto é, o operador “pouco” funciona numa escala orientada para a negação total, ou seja, aponta para a negação da probabilidade. Ao fazer isso, o locutor obedece a regras combinatórias que vai da afirmação total para a negação. No caso acima, aponta para a negação.

4.8 Operadores que introduzem argumentos únicos ou exclusivos

Trecho 8

Para assumir o cargo de Titular, o docente deverá se demitir do cargo de Magistério Superior, levando consigo somente as vantagens pessoais conquistadas, abdicando, portanto, de qualquer outro direito. RELATÓRIO DA ADUFPB DA REUNIÃO SOBRE CARREIRA NO MPOG

No enunciado acima há um operador que introduz argumento único e exclusivo: a palavra *somente*. Ao utilizar esse operador o locutor argumenta com caráter de restrição, de exclusão e valoriza o argumento apresentado. O operador argumentativo “somente” indica essa restrição, isto é, segundo o locutor, o docente leva consigo as “vantagens pessoais conquistadas”, excetuando qualquer outro direito que não seja pessoal.

Convém ainda acrescentar que esse operador ainda pode ser descrito como ativador de pressuposição. Nesse caso ativaria o pressuposto de que “não se pode levar outras vantagens”. Torna-se, portanto, um predicador de dois lugares: ao mesmo tempo em que introduz argumento exclusivo, introduz uma pressuposição.

4.9 Modalização Epistêmica Asseverativa

Trecho 9

Após a apresentação da nova proposta, o coordenador da bancada dos empregadores, Sr. Milton Tito, afirmou que a nova redação não atende às demandas do setor empresarial, pois ainda está muito distante da proposta apresentada pelos empregadores que entende que a abrangência da atividade portuária deve ser aquela do trabalho avulso. RELATÓRIO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO EM ASSUNTOS TRABALHISTAS (CEATAL)

No enunciado acima o falante imprime seu comprometimento com a verdade, ao modalizar o enunciado “que a nova redação não atende às demandas do setor empresarial”, através do verbo “afirmar”. Trata-se de um verbo *dicendi* com valor argumentativo, utilizado pelo locutor do relatório para modalizar o discurso de um segundo locutor, Sr. Milton Tito. O locutor primeiro (responsável pelo relatório) apresenta o discurso do segundo locutor como algo verdadeiro ou certo, uma vez que afirmar = dizer + certeza. Logo temos um modalizador epistêmico asseverativo.

4.10 Modalização Epistêmica Quase-Asseverativa

Trecho 10

Assim sendo, o Sr. Raimundo Kappel, indagou se é possível considerar que todos os trabalhadores que exercem sua atividade profissional dentro dessas três categorias de porto devem ser considerados trabalhadores portuários. RELATÓRIO DA 2ª REUNIÃO DA COORDENAÇÃO-EXECUTIVA DA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

No enunciado acima, o locutor responsável por um trecho do enunciado, doravante Sr. Raimundo Kappel, expressa falta de conhecimento; ele apresenta formas de modalizar o discurso que permitem expressar a dúvida ou possibilidade. Ao utilizar a expressão modalizadora “se é possível”, o falante distancia-se do texto, não se comprometendo integralmente com o conteúdo enunciado “considerar que todos os trabalhadores que exercem suas atividades são portuários”. É exatamente por expressar a dúvida que é feita a indagação. Conforme apontam Castilho e Castilho (1993), no campo da incerteza, o falante revela um conhecimento que está “próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação, e por isso mesmo ele se isenta de toda responsabilidade sobre a verdade ou a falsidade” (CASTILHO & CASTILHO, 1993, p.221).

4.11 Modalização Epistêmica Delimitadora

Trecho 11

Também considerou-se que não correspondia, dentro do mandato da CEATAL, fazer declarações de natureza puramente política. RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP

No enunciado acima, a expressão ‘de natureza puramente política’ é utilizada pelo locutor do enunciado para estabelecer os limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo do enunciado “Também considerou-se que não correspondia, dentro do mandato da CEATAL, fazer declarações”. Trata-se de uma modalização epistêmica delimitadora.

4.12 Modalização Deontica

Trecho 12

Em relação à negociação coletiva, a bancada dos trabalhadores entende que deve ser de âmbito nacional e realizada de forma articulada entre os sindicatos laborais e organizações patronais com personalidade reconhecida. RELATÓRIO DA 3ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DOS PORTUÁRIOS

No trecho acima notamos que o enunciado está deonticamente demarcado pelo verbo ‘dever’, determinando que a negociação coletiva “deve” ser de âmbito nacional. Ao utilizar esse verbo modalizador, o locutor expressa a obrigatoriedade da negociação coletiva ser de âmbito nacional e realizada, de forma articulada entre os sindicatos laborais e organizações patronais com personalidade reconhecida. Neste sentido, percebemos o desejo do falante de atuar fortemente sobre o interlocutor, levando-o a realizar “um estado de coisas que deve, e precisa ocorrer obrigatoriamente” (CASTILHO & CASTILHO, 1993, p.221), de maneira a levar o interlocutor a agir em seu favor, ou pensar de tal maneira, sem que haja questionamento. Portanto, trata-se de um caso de modalização deôntica de obrigatoriedade.

4.13 Modalização Avaliativa

Trecho 13

Pela bancada dos empregadores o Sr. Milton Tito argumentou que a greve no sistema portuário deve ser regulamentada da mesma forma que a greve nas atividades essenciais [...].RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP

No enunciado acima, o falante utiliza o verbo *dicendi* “argumentou” para modalizar o enunciado “a greve no sistema portuário deve ser regulamentada da mesma forma que a greve nas atividades essenciais”. Na verdade, através dessa estratégia, o locutor responsável pelo relatório (L1) avalia o discurso de um segundo locutor (O Sr. Milton Tito), dizendo que esse discurso deve ser lido como um argumento. Em outras palavras, L1 indica para o interlocutor que o discurso do segundo locutor (Sr. Milton Tito) deve ser lido como um argumento. Portanto há uma modalização avaliativa.

4.14 Coocorrência da Modalização Deôntica com Epistêmica

Trecho 14

A) O lançamento da 3ª Conferência deverá, se possível, ser realizado com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia nacional, conforme deliberação do plenário do Conselho das Cidades, no dia 06/12/2006. RELATÓRIO DA 3ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DOS PORTUÁRIOS

Há no trecho acima dois modalizadores diferentes: um deôntico e outro epistêmico quase-asseverativo. A modalização deôntica é expressa pelo verbo *deverá*, que indica que o conteúdo da proposição “O lançamento da 3ª conferência ser realizado com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva” deve ser lido como uma obrigatoriedade. No entanto, essa obrigatoriedade é condicionada através da expressão *se possível*, que estabelece uma

possibilidade – é possível que Lula possa participar, mas não é certo. A coocorrência da modalização deôntica com a quase-asseverativa funciona como uma estratégia argumentativa bastante peculiar – o locutor dá uma ordem, condicionando-a. A condição (ou possibilidade), não anula a obrigatoriedade expressa pelo verbo *deverá* – se Lula puder participar do evento, é obrigatório que o lançamento seja realizado com sua presença. Portanto, nesse enunciado, temos uma modalização deôntica de possibilidade.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Argumentar por meio da linguagem significa, entre outras coisas, buscar a aceitação do interlocutor, a respeito de determinados posicionamentos. O interlocutor é conduzido a uma determinada conclusão, a fim de aceitar uma ideia específica defendida pelo locutor, realizar uma ação ou predispor-se a realizá-la.

A Teoria da Argumentação e da Modalização explica como, em um enunciado, o locutor responsável pelo discurso imprime determinadas avaliações e indicações de como quer que seja lido seu texto, manifestando assim suas intenções e atitudes.

As análises feitas a respeito da presença de modalizadores e operadores nos relatórios descritos mostram de que maneira se forma uma estratégia argumentativa no gênero, e isso é importante não só para verificar as intenções do locutor responsável pelo discurso, mas também determinar a própria caracterização do gênero.

Na presente pesquisa identificamos os três diferentes tipos de modalização (epistêmica, deôntica e avaliativa) produzindo diferentes tipos de sentidos, confirmando que a modalização, no relatório, se processa, principalmente, para imprimir pontos de vistas do locutor, a respeito do que está sendo enunciado, e também para que esse aja em função do seu interlocutor, muitas vezes decidindo como o interlocutor deve responder à enunciação.

Os Modalizadores de natureza epistêmica presentes no *corpus* correspondem a 28 ocorrências (asseverativos, quase-asseverativos e delimitadores). De maneira geral, os modalizadores epistêmicos expressam uma avaliação do falante perante o conteúdo proposicional, avaliação essa que pode exprimir certeza ou confirmação da proposição, no caso dos *asseverativos*, ou matizes de dúvida, incerteza, no caso dos quase-asseverativos; os *delimitadores*, por sua vez, especificam os limites dentro dos quais a informação contida no conteúdo proposicional deve ser entendida. Os *asseverativos* se diferenciam dos *quase-asseverativos* em termos do *grau de comprometimento do falante*, porquanto se L utiliza um asseverativo, o seu grau de comprometimento para com o conteúdo proposicional é maior do

que se ele utiliza um quase-asseverativo. Já o modalizador epistêmico delimitador aparece poucas vezes nos *corpus* coletado, talvez porque os relatórios relatam reuniões e atividades específicas de determinados setores ou instituições, sem a necessidade dos delimitadores.

A respeito da Modalização Deôntica e da Avaliativa presentes no *corpus*, estas correspondem a 52 ocorrências, entre verbos, verbos modais, adjetivos etc. Ao utilizar a modalização *avaliativa*, o locutor deixa expresso para o seu interlocutor como ele se sente diante do que está sendo dito, expressando o ponto de vista em face do conteúdo do enunciado e em face da interlocução; também funciona como meio de persuadir e emitir juízo de valor. Isso corrobora o que fala Nascimento (2005, p.64) a respeito desses modalizadores: “O locutor responsável pelo enunciado imprime o modo como esse deve ser lido ao mesmo tempo em que emite juízo de valor ou uma avaliação sobre o conteúdo da proposição”.

Com relação aos modalizadores deônticos, há elementos da análise que precisam ser considerados: os modalizadores voltados para a obrigação e proibição. Nesse sentido, percebemos que não é o teor da verdade nem as condições da verdade que estão em jogo, como ocorre na modalização epistêmica, mas sim o desejo do falante de atuar fortemente sobre o interlocutor, levando-o a realizar um estado de coisas a seu favor (do interlocutor), ou seja, o locutor conduz o leitor para que ele aja ou pense de tal maneira, sem que haja questionamento.

E outro fenômeno que apareceu nas análises dos relatórios foi o da coocorrência da modalização deôntica com a quase-asseverativa: no trecho 14 do Relatório da ADUFPB da reunião sobre carreira no MPOG, há uma estratégia argumentativa bastante peculiar, em que o locutor dá uma ordem, condicionando-a, ou seja, faz uso da condição (ou possibilidade), mas não anula a obrigatoriedade expressa pelo verbo *dever*.

A tabela abaixo sumariza os dados apresentados a respeito da ocorrência dos modalizadores no *corpus*:

Tabela 1 – Ocorrência da modalização

Modalização	Ocorrência	Porcentagem
Epistêmica	28	35 %
Deôntica	34	42 %
Avaliativa	16	20%
Coocorrência de Deôntica com Epistêmica	2	3%
Total	80	100%

Pelos dados da tabela, observa-se que os modalizadores epistêmicos aparecem de maneira equilibrada e denotam, por parte do locutor, ora comprometimento, ora não

comprometimento com o dito. Outra estratégia, como se pode verificar, é a modalização deôntica que aparece em absoluto nas ocorrências, e assinalamos ainda que a informação é colocada no texto com destaque para a obrigatoriedade. Já a modalização avaliativa aparece em menor quantidade em relação aos outros modalizadores, o que parece revelar, a princípio, uma preocupação em evitar juízos de valor ou avaliações pessoais a respeito do conteúdo do relato.

Além das estratégias argumentativas através dos modalizadores acima mencionados, é interessante notar que o locutor utiliza-se de uma grande quantidade de operadores argumentativos. Na presente pesquisa, considerou-se, com pequenos acréscimos, a listagem de operadores discursivos proposta por Koch: operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão, assinalam escalas para contrapor argumentos, estabelecem conclusão, oposição, explicação, exclusão, finalidade, argumento único e exclusivo, operadores usados para introduzir justificativas, conteúdos pressupostos ou distribuir escalas opostas.

A tabela abaixo apresenta-nos a distribuição dos operadores nos trechos dos relatórios utilizados em nossa pesquisa:

Tabela 2: Ocorrência dos operadores

Tipo de Operadores	Ocorrência	Porcentagem
Indicar classe argumentativa	11	29%
Introduzir finalidade	3	8%
Introduzir justificativa ou explicação	5	14%
Introduzir conclusão	4	11%
Introduzir conteúdo pressuposto	3	8%
Apresentar argumentos diferentes ou opostos	1	3%
Introduzir argumentos que levam a conclusões opostas	8	21%
Distribuir em escala oposta	1	3%
Introduzir argumentos exclusivos	1	3%
Total	37	100%

A tabela acima demonstra destaque para os operadores que introduzem uma classe argumentativa, ou seja, através dos operadores *e*, *ainda*, *também*, *além*, os argumentos são apresentados dentro de uma mesma hierarquia, numa classe orientada no sentido de uma determinada conclusão.

De maneira geral, a análise mostrou que a questão do valor argumentativo dos operadores está intrinsecamente relacionada ao sentido do enunciado. Fazer uso dos operadores é um meio de que o locutor se utiliza para conduzir o interlocutor durante o processo de comunicação, qualquer que seja esse interlocutor, para o fim ou os fins que ele

(locutor) pretende alcançar. Desse modo comprovamos que o texto não é neutro, nem imparcial, e que podemos perceber intenções do locutor através das marcas linguísticas presentes nos enunciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas investigações dos relatórios, observamos que a linguagem é um meio de interação e que a intencionalidade permeia todas as relações com a linguagem. Por isso o locutor utilizou estratégias argumentativas diversas para indicar como o que estava sendo dito deveria ser lido. Dentre essas estratégias pudemos identificar os modalizadores e os operadores.

Este trabalho nos auxilia a entender melhor o funcionamento desses mecanismos linguísticos, verificando, por meio de sua utilização, como se manifestam as intenções dos locutores do gênero relatório. A conclusão que se pode tirar da investigação realizada, a respeito do relatório, é que se trata de um gênero do discurso no qual a utilização de operadores argumentativos e modalizadores discursivos denuncia a presença da subjetividade e da intersubjetividade. É, portanto, característica semântico-argumentativa do próprio gênero.

As investigações corroboram as proposições dos estudiosos consultados, mas acrescenta algo relevante, que é a possibilidade de perceber de maneira específica como os operadores e os modalizadores são utilizados por um locutor para imprimir argumentatividade em um gênero textual/discursivo. O gênero nos permitiu enxergar de maneira bastante explícita como o locutor se vale da argumentação para apresentar seu ponto de vista; enxergamos também de que maneira o locutor se compromete ou não com o que está sendo dito.

Ainda nos permitiu refletir sobre a impossibilidade da neutralidade no relato. Explicamos: de acordo com os manuais de redação, o relatório é um texto escrito com precisão e objetividade, sua função básica é a de relatar um fato, se possível sem se comprometer com o conteúdo, porém o que podemos afirmar, a partir da investigação, é que, mesmo com toda essa pretensa impessoalidade, o locutor está sempre se envolvendo direta ou indiretamente com o conteúdo e direcionando argumentativamente os enunciados para a forma como ele quer que o seu texto seja lido.

Ao relatar uma ocorrência, transcrever decisões tomadas, relatos e pontos de vista, o locutor também vai imprimindo sua própria visão a respeito do que está sendo relatado. A escolha dos operadores e dos modalizadores mostra não somente pontos de vista do locutor,

mas assinala um modo como o locutor quer que os acontecimentos e fatos relatados sejam lidos por seus possíveis interlocutores.

Portanto, está mais uma vez comprovada a hipótese de que onde existe comunicação existe argumentação: em todo e qualquer texto que se produz, há sempre uma intenção e direcionamentos argumentativos. É também por esta razão que se afirma que a língua (e o uso que dela fazemos) é fundamentalmente argumentativa (DUCROT, 1988).

REFERÊNCIAS

BELTRÃO; Odacir, BELTRÃO Mariúsa. *Correspondência Linguagem e Comunicação: Oficial, Empresarial, Particular*. São Paulo: Atlas, 2005. 23º Ed. 5º Cap. p. 125-129)

CASTILHO, A.T.; CASTILHO, C.M.M de. Advérbios Modalizadores. IN: ILARI, Rodolfo (org) *Gramática do Português Falado*. Vol. II: Níveis de Análise Lingüística. 2ª Edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

DUCROT, Oswald. *Polifonia y Argumentación: Conferencias del Seminario Teoria de la Argumentación y Análisis del Discurso*. Cali: Universidad del Valle, 1988.

ESPÍNDOLA, Lucienne Claudete. Retórica e Argumentação. In: SILVA, Joseli Maria da; ESPÍNDOLA, Luciene Claudete. (orgs). *Argumentação na Língua: da pressuposição aos topoi*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2004.

_____. “NÉ”, (EU) “ACHO” (QUE) E “AÍ”: Operadores Argumentativos no Texto Falado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. (tese de doutorado)

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e Linguagem*. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *A Interação pela Linguagem*. 5ª edição. São Paulo: Contexto, 2000.

MEDEIROS, João Bosco. *Correspondência: técnicas de Comunicação criativa*. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. *Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 7 ed. – 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2006b.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. *Jogando com as vozes do outro: argumentação na notícia jornalística*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

_____. *Jogando com as vozes do outro: A Polifonia – recurso modalizador na notícia jornalística*. João Pessoa: UFPB, 2005. (Tese de doutorado).

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; ESPÍNDOLA, Lucienne Claudete. Os Operadores Argumentativos na Sala de Aula: Uma análise do conectivo **mas** em gramáticas escolares. IN: *Revista do GELNE*, volume 5, nº 1 e 2 – João Pessoa: Idéia, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura; *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

VOGT, Carlos; DUCROT, Oswald. De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica. In: VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: HUCITEC, 1980.